



# Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

### P A R E C E R

Vem para análise e parecer desta Comissão o Projeto de Lei nº 99/2020, de autoria do Vereador Celino Fertrin, que busca instituir no Calendário de Eventos Oficiais do Município de Foz do Iguaçu a “Semana Municipal de Conscientização e Combate ao Bullying”.

A Matéria foi objeto de análise pela Consultoria Jurídica, cujo parecer transcrevemos parcialmente:

“...

O projeto em análise possui como objetivo estabelecer uma política pública voltada a intensificação e debate do assunto em uma semana de conscientização e combate ao bullying, com intuito de discutir e mobilizar a comunidade escolar por meio de palestras, artes e leitura.

...

Destarte, pode-se concluir que o projeto se apresenta orientado pelos ditames da Lei Federal 9.784, de 29/01/99, que enfatiza o seguinte:

Art.2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Por fim, importa registrar que a proposta definitivamente NÃO ensejará modificações ou inovações na estruturação da Administração, não se verificando invasão da iniciativa parlamentar em área(s) de atuação do Executivo, razão porque



# Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

a proposta não apresenta nenhum descompasso com as disposições do artigo 45 e 62 da Lei Orgânica Municipal, e tampouco ofende àquelas enumeradas no art. 61 da Constituição Federal, que entregam privativamente ao Chefe do Executivo a competência para iniciar matéria relacionada à criação, estruturação de órgãos e repartições da Administração,...

...

Pelo exposto, amparada nas disposições supra, considerando que a matéria não apresenta desconformidade com preceitos de ordem constitucional; que não inova e nem impõe atribuições a órgão/repartições da Administração, não violando, portanto, disposições expressas no art. 45 e incisos da Lei Orgânica Municipal; que evidenciado o notório interesse público, notadamente porque a proposta promove um estímulo a empatia, respeito às diferenças, solidariedade, visando uma cultura de paz e esclarecendo as consequências que a prática do bullying provoca, portanto, a proposta não ensejará a assunção de novas despesas e/ou compromissos para o erário, não resultando, nenhum impacto orçamentário e fiscal, não visualizamos impedimento ou ilegalidade na tramitação e apreciação do projeto."

Diante das considerações apresentadas pela Consultoria Jurídica pela legalidade da Matéria, após a sua devida análise, esta Comissão se manifesta favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 99/2020.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2020

Edílio Dall'Agol  
Vice-Presidente

Rudinei de Moura  
Presidente/Relator

João Miranda  
Membro